



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

58ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção e Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão

Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança

Telefone: (092) 3655-0720 / 0721

### PORTARIA Nº 028.2012.58.1.1.588901.2012.16302.

O Órgão do Ministério Público com atuação na 58ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção e Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão, no uso de suas atribuições legais e, especialmente, de acordo com o inserto no art. 2-A e segs. da Resolução nº 548/07 de 25 de abril de 2008, do E. Conselho Superior do Ministério Público.

**CONSIDERANDO** os fatos descritos na Distribuição protocolada sob o nº 2839.CAOPDC.583844.2012.16302, registrada em 24/04/2012, perante Disque Direitos Humanos, através da qual se informa seguinte:

*Arlindo e Ilda, ambos com 80 anos, são negligenciados e abusados financeiramente pela filha Tânia. Não há informações sobre a periodicidade dos fatos que ocorrem na casa das vítimas. Estas não recebem os devidos cuidados de alimentação, higiene e assistência médica. Ressalta-se que estão muito doentes, Ilda está debilitada por conta da idade e Arlindo apresenta seqüelas decorrentes de AVC. Já informações de que as vítimas são interditadas e Tânia Maria é sua procuradora, porém a suspeita retém os benefícios das vítimas e não utiliza em prol delas. Devido a falta dos recursos da aposentadoria Arlindo possui apenas três peças de roupas e devido a incontinência urinária as únicas peças ficam constantemente sujas. Nenhum outro órgão de proteção ao idoso foi acionado até o momento.*

**CONSIDERANDO** constituir obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, de acordo com o art. 3o da Lei 10.741, de 1o de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;

**CONSIDERANDO** tem o idoso o direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada, nos termos do art. 37 do Estatuto do Idoso;

**CONSIDERANDO** nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei, como prevê o art. 4o do Estatuto do Idoso;



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

**58ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção e Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão**

Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança

Telefone: (092) 3655-0720 / 0721

**CONSIDERANDO** dispor o art. 74, incisos I e V, do Estatuto do Idoso, competir ao Ministério Público instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso, bem como instaurar procedimento administrativo podendo, para instruí-lo, expedir notificações, colher depoimentos ou esclarecimentos e requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta e indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;

**CONSIDERANDO** a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade;

**CONSIDERANDO** a função institucional do Ministério Público de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do art. 129, III, da Carta da República.

### **R E S O L V E**

**1. INSTAURAR** procedimento preparatório nº 2839/12, com objetivo de *apurar a veracidade do fato noticiado, tendo por objeto verificar se os idosos Ilda Costa de Castro e Arlindo Pereira de Castro se encontram em situação de risco, identificando-se a correspondente documentação, domicílio, responsáveis legalmente constituídos ou não e eventual percepção de benefício previdenciário;*

**2. CUMPRIR** as diligências firmadas no Despacho nº 072.2012;

**3. REGISTRE-SE, AUTUE-SE e PUBLIQUE-SE;**

Manaus, 09 de maio de 2012.

**LIANI MÔNICA GUEDES DE FREITAS RODRIGUES**

Promotora de Justiça

58ªPRODEDIC